

INSPIRAÇÕES ROUSSEAUNIANAS PARA O ENSINO DE FILOSOFIA.

Maria de Jesus dos Santos¹

Zoraide Araújo Louzeiro²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar a relevância das contribuições de Rousseau para o Ensino de filosofia, destacando elementos que podem inspirar a formação humana e os processos de ensino e aprendizagem na atualidade. Ao abordar a filosofia de Rousseau é fundamental reconhecê-lo como um dos pensadores que mais contribuiu para articular política e educação conjuntamente, o que confere à sua obra um caráter atemporal. No presente, quando se busca uma compreensão mais consistente sobre projetos filosóficos, políticos e educacionais em inter-relação, suas ideias ainda se mostram pertinentes. O suporte teórico do estudo é a obra *Emílio ou Da Educação*, onde Rousseau argumenta a favor da educação pela liberdade e para liberdade, tendo como objetivo maior alcançar uma igualdade que seja compatível com o ideal político que ele denomina *vontade geral*. Seu projeto educacional crítico ultrapassa todo processo de transmissão de conhecimento e se volta para uma formação integral do indivíduo que alia aspectos éticos, sociais e intelectuais. No fim, advogamos que a concepção analisada tem força para inspirar o Ensino de filosofia hoje, nas tensões contra a educação neoliberal, e reafirmamos esse pensamento como referência para toda abordagem pedagógica que priorize a autonomia, a reflexão crítica e o desenvolvimento humano integral.

PALAVRAS CHAVE: Ensino de Filosofia. Inspirações Rousseauianas. Educação.

ABSTRACT:

This article aims to present the relevance of Rousseau's contributions to the teaching of philosophy, highlighting elements that can inspire human development and teaching and learning processes today. When addressing Rousseau's philosophy, it is essential to

¹ Doutora em Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo, FEUSP; Professora do Departamento de Fundamento Educacionais na Universidade Federal do Piauí.

² Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí, PROFILO.

recognize him as one of the thinkers who most contributed to articulating politics and education, which gives his work a timeless character. Today, when seeking a more consistent understanding of interrelated philosophical, political, and educational projects, his ideas remain relevant. The theoretical basis for this study is *Emile, or On Education*, in which Rousseau argues for education through freedom and for freedom, with the ultimate goal of achieving equality compatible with the political ideal he calls the general will. His critical educational project goes beyond any process of knowledge transmission and focuses on a comprehensive individual development that combines ethical, social, and intellectual aspects. In the end, we argue that the concept analyzed has the power to inspire philosophy teaching today, in the tensions against neoliberal education, and we reaffirm this thought as a reference for any pedagogical approach that prioritizes autonomy, critical reflection, and integral human development.

KEYWORDS: Teaching Philosophy. Rousseauian Inspirations. Education.

INTRODUÇÃO

Jean-Jacques Rousseau, (1712–1778), um dos principais filósofos e críticos do século XVIII, insere-se no campo da filosofia política e oferece uma reflexão profunda sobre as relações entre indivíduo, sociedade, política e moral, com especial ênfase na educação para a cidadania e, conseqüentemente, para a vida política. Nesse contexto, Rousseau concebe um projeto político de caráter racional que, de forma articulada, pressupõe um projeto pedagógico voltado à formação do indivíduo, à transformação do homem natural em um cidadão moral e político.

No seu entendimento, a educação, vinculada à ciência e à moral moderna, havia negligenciado a formação moral e ética do homem, tendo sido corrompida pelos ideais iluministas. Por isso, era preciso se afastar das instituições que serviam aos modelos racionais, estritamente liberais, com interesses técnicos, intelectuais e individuais, violando a liberdade, o bem comum e a vontade geral.

Para realizar esse afastamento dos modelos sociais, políticos, científicos e morais da época, era preciso pensar em um projeto pedagógico que ajudasse a formar e transformar o homem natural em cidadão, preservando sua liberdade. Nesse sentido, era necessário considerar o desenvolvimento da infância, conforme as necessidades de conhecimento do cidadão livre, respeitando sua natureza, mas, sobretudo, entendendo o

grau de corrupção e desumanização que uma sociedade de desiguais, que defendia a propriedade privada, impunha sobre a infância.

A obra *Emílio, ou Da Educação* se destaca como um esforço filosófico que pensa a educação como um meio de preparar o indivíduo completo para a vida em uma sociedade moral e ética, e que, como prática formadora, deve respeitar as etapas do desenvolvimento humano e as características naturais da criança, algo bastante inovador para os parâmetros da época.

Junto a crítica às ciências e às artes, Rousseau se opõe à educação vigente em seu tempo, pois esta não conciliava saber e virtude, ser e aparecer, discurso e ação. A educação, servindo a pressupostos corrompidos, não dava importância a uma verdadeira formação moral nem considerava as peculiaridades da infância, impondo uma formação livresca, rígida e precoce.

Assim, era imprescindível pensar a infância e a juventude como uma fase essencial a ser valorizada, respeitada e explorada, uma vez que é nesse período que as bases do ser humano são formadas e fortalecidas. O filósofo argumenta que a educação deve ser natural e negativa, ou seja, deve preservar a liberdade de crianças e jovens e permitir que se desenvolvam de acordo com suas próprias inclinações e necessidades. Essa negatividade se manifestaria no sentido de valorizar mais uma ideia de homem do que as instituições da época.

O filósofo defendeu que a infância e a juventude se constituem em fases fundamentais do desenvolvimento humano, devendo ser valorizada e respeitada. Ele argumenta que a criança não deve ser tratada como um “adulto em miniatura”, mas como um ser em crescimento, com necessidades e características próprias. A partir disso, orienta que a educação deve respeitar as etapas naturais do desenvolvimento da criança, permitindo-lhe explorar o mundo por meio da experiência, sem imposições rígidas ou doutrinas precoces. Ele aponta que a educação tradicional da época sobrecarregava as crianças com conhecimentos inadequados para sua maturidade e reprimia sua natureza.

Desse modo, sua proposta de educação caminha na direção do respeito à liberdade e à espontaneidade, priorizando o aprendizado por meio da observação, do contato com a natureza e da vivência prática. Assim, Rousseau considera as fases iniciais da vida como uma fase essencial para a formação do indivíduo, devendo ser protegida e guiada de maneira harmônica, respeitando seus ritmos e capacidades.

Além disso, o autor estabelece uma conexão entre educação e política, sugerindo que a formação do cidadão deve ser uma prioridade na educação, uma vez que a verdadeira liberdade e igualdade forjam aquele que pactuará em prol de uma “vontade moral”. Esta só será alcançada em consequência de uma boa formação. Sua proposta maior é um contrato social, por meio do qual os indivíduos se unam em busca do bem comum; isso é central em seu pensamento político, e reflete a necessidade de uma educação que prepare o homem para a vida pública e para vida política.

Nesse estudo vamos nos voltar para alguns aspectos do pensamento rousseauiano que consideramos serem ainda inspiradores para o Ensino de filosofia na segunda década do século XXI, tempo em que esta área de ensino está sendo vilipendiada de diversas maneiras.

2. UMA ATITUDE CRÍTICA FRENTE AOS PROBLEMAS DO TEMPO HISTÓRICO EM QUE SE VIVE

Rousseau inspira uma crítica contundente às estruturas dominantes hoje, pois em seu tempo foi um crítico da moral, da ciência, das artes e da educação.

Para iniciar esse estudo consideramos necessário entender que problemas Rousseau enxergava na educação vigente na sua época. Sua filosofia asseverava um homem naturalmente bom, e que a educação concebida pelas instituições da época desrespeitava suas regras naturais, o que podia comprometer o florescimento que ele é capaz de alcançar; para ele o início da corrupção do homem acontece no começo do seu processo de socialização. Em Rousseau a corrupção do homem está ligada à formação moral precipitada, que se dá em seu ingresso prematuro na sociedade. Assim, a educação deveria se transformar, fortalecendo a relação do homem com a natureza e garantindo conhecimentos adequados ao seu processo formativo.

Em sua cosmovisão, a educação é primordial, mas não para acumular conhecimentos em quantidade. Os saberes adquiridos com consistência precisam ser aplicados no cotidiano, para isso, devem ser buscados com afínco, descobertos com esforço, e não introjetados por outrem, como um simples ato de transmissão de uma pessoa para outra. Educadores e educandos se esforçam juntos para alcançar uma verdade significativa sobre a realidade.

Seguindo essa ideia, o filósofo se volta para criticar os exemplos sólidos contidos em alguns métodos de ensino tradicionais, e mostrar como estes são vacilantes. Para ele “não se trata de ensinar-lhe as ciências, e sim de dar-lhe a inclinação para as

amar e métodos para as aprender” (Rousseau, 1992, p. 181). Com as vivências de Emílio Ele demonstra que a educação, por vezes, é um fardo que temos de carregar, por obediência ou por obrigação, sem que haja um respeito pleno pela natureza humana. Numa direção contrária, Rousseau orienta que a boa educação deve considerar os aspectos biológicos, psicológicos, metafísicos e morais, que constituem o homem; estes devem ser desdobrados a partir dos pressupostos naturais do seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, a criança passa a ser o centro do processo formativo.

Assim, é compreensível que as relações estabelecidas durante a infância devam se dar mediante o complexo enlace entre a natureza infantil e a cultura. Conforme Rousseau, o homem, ao viver o processo educativo, vive a tensão entre natureza e cultura, e é essa tensão criativa que o filósofo-educador procurará resolver em Emílio.

A educação é esta que pressupõe a existência de três mestres na vida do homem. Essa educação vem-nos da natureza ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e a aquisição de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas. Assim, cada um de nós é formado por três tipos de mestres (Rousseau, 2004 p. 9).

A partir desse posicionamento, o autor argumenta que a educação não deve se pautar em ganhar tempo, e sim em perdê-lo. O preceptor de Rousseau não deposita conhecimentos ou incute desejos de conhecimento seguindo uma carga horária contada, corrida, entre várias salas de aula, como o professor de filosofia hoje; mas, ao contrário, permite à criança o desenvolvimento natural de suas necessidades e possibilidades, assim, ele insiste na tese de que a primeira educação deve ser puramente negativa. Isto porque a criança não deve ser instruída diretamente, com conhecimentos teóricos ou conceitos morais desde cedo, mas deve realizar atividades que lhe protejam de influências externas nefastas, que possam corromper sua natureza. Ele acredita que a educação conceitual e rígida, imposta de forma precoce imposta pelos adultos, pode prejudicar o desenvolvimento natural da criança, levando-a a adquirir vícios e preconceitos artificiais.

Contudo, a educação negativa não é uma ausência total de ensino, é, porém, uma forma de educação que evita a imposição de ideias e valores no tempo indevido. Em *Emílio, ou Da Educação*, Rousseau argumenta que, nos primeiros anos de vida, a criança deve ser guiada pela experiência e pelo contato com a natureza, aprendendo por meio das consequências naturais de seus atos, em vez de receber ordens e lições diretas.

Esse método busca preservar a pureza e a liberdade infantil, permitindo que a criança desenvolva sua autonomia e raciocínio de maneira espontânea. Somente mais tarde, quando já tiver maturidade suficiente, é que a educação pode se tornar mais ativa, introduzindo conhecimento intelectual e moral de forma adequada ao seu desenvolvimento.

No entanto, a função do educador, que é, nesse sentido, fazer com que a liberdade natural da criança se harmonize com a necessidade de imposição de regras de conduta, não é uma tarefa simples, e, deve fazer parte das qualidades formadoras do preceptor, pois “não é fácil convencer uma criança de que o que queremos ensinar-lhe é útil, e de nada servirá convencê-la se não soubermos persuadi-la” (Rousseau, 2004, p. 243). O trabalho educativo, nessa perspectiva, aparece como um grande desafio, haja vista a grandeza de sua responsabilidade formativa. Ontem e hoje exige-se do professor um grande compromisso

Pensar no Ensino de Filosofia hoje, considerando as premissas da formação do Emílio, exige, ainda que de forma indireta, uma reflexão sobre o agente responsável por todo o processo, isto é, sobre o professor, preceptor, educador, condutor, o mestre provocador que segura na mão da criança, pois:

a criança deve absorver-se completamente na coisa, mas deveis estar inteiramente absortos na criança, observá-la, vigiá-la sem parar e sem parecer, pressentir antecipadamente todos os seus sentimentos e prevenir os que ela não deve ter, ocupá-la, enfim, de tal maneira que ela não somente se sinta útil à coisa, mas que também se sinta bem, por ter compreendido bem para que serve o que faz (Rousseau, 2004, p. 251).

Esse professor deve valorizar o presente, e não apenas preparar a criança para o futuro. Sua principal função é questionar o que é ensinado e aprendido, permitindo que os alunos atribuam sentido ao próprio aprendizado.

Outro problema inquietante para nosso autor dizia respeito à erudição como um fim exclusivo da educação, metodologicamente traduzida pelos muitos conteúdos a serem ensinados precocemente, algo muito comum no Ensino de filosofia até hoje. Isso não significa que Rousseau não considerasse a apresentação de conteúdos da ciência e da tradição como relevantes nem que se negue essa importância no século XXI. Mas a intenção é preparar a criança efetivamente para aprender a ciência de modo significativo, a ponto de amá-la e entender seu sentido, a mesma intenção que se deve manter hoje. Seu objetivo não é dar-lhe a ciência, mas “ensiná-lo a adquiri-la quando necessário, fazer com que a estime exatamente o quanto ela vale e fazer com que ame a

verdade acima de tudo” (Rousseau, 2004, p. 281-282), objetivo que se deve permanecer perseguindo atualmente.

Essa posição singular de Rousseau, como mostra Lazarini (1998), fez com que ele criasse uma proposta pedagógica bastante diferenciada, considerada por muitos como inovadora e revolucionária; ao se opor à formação humana proposta pela educação de seu tempo, tratou das questões educacionais dentro da generalidade da vida, preocupando-se em auxiliar a realização de uma reforma em toda a sociedade.

Cerizara (1990) afirma que suas principais formulações acerca da educação estão expressas no ideário da obra *O Contrato Social*, que corresponde a um modelo de educação social e política e pensa no desenvolvimento gradual do cidadão. Na obra *Emílio*, o modelo de educação demonstrado por Rousseau é representado pela referência a uma educação natural que privilegia a formação do homem enquanto indivíduo livre. Lazarini (1998) reforça essa ideia para o nosso tempo, afirmando que nas duas obras política e educação estão indissociavelmente unidas e revelam a síntese de seu ideário.

Os modelos pedagógicos elaborados pelo filósofo, além de expressarem diferentes facetas de seu pensamento, representam dois caminhos para a regeneração social e o renascimento do homem moral. No *Emílio* está expressa: a) uma concepção de infância; e b) uma nova postura pedagógica. Em seu protótipo de formação está previsto um homem solidário, preparado para não sucumbir às adversidades da vida social de sua época, já que sua educação era voltada para a convivência altruísta e contrária aos vícios predominantes na sociedade moderna (Lazarini, 1998).

Segundo Lazarini (1998), Rousseau criticava abertamente a educação formal, baseada em princípios metafísicos e escolásticos. Para ele, esse modelo não era apenas uma instituição equivocada, mas um aparato educacional que refletia as perspectivas sociais da Igreja Católica, pilar do Antigo Regime. Ele afirmava que o ensino oferecido por essas instituições não promovia uma formação positiva nos alunos; ao contrário, incentivava vícios e maus costumes, sendo incapaz de formar o “verdadeiro homem”. Dentro dessa perspectiva, tece o seguinte comentário:

Não encaro como uma instituição pública esses estabelecimentos ridículos a quem chamam colégios. Não levo em conta tampouco a educação da sociedade, porque essa educação, tendendo para dois fins contrários, erra ambos os alvos: ela só serve para fazer homens de duas caras, parecendo sempre tudo subordinar aos outros e não subordinado nada senão a si mesmo. Ora, essas demonstrações sendo comuns não iludem ninguém. São cuidados perdidos (Rousseau, 1979, p. 14).

Contrapondo-se a isso, a concepção de educação rousseauiana, enquanto prática social, trata da formação humana de maneira conjunta às relações sociais em geral (Lazarini, 1998).

Cambi (1999) destaca que quando *Emílio, ou Da educação* foi publicado em 1762 e teve larga circulação na Europa, tornando-se rapidamente um texto da moda, possibilitou que, aos poucos, esse pensamento despertasse o interesse para uma nova forma de sensibilidade em relação à infância, à educação, à filosofia. A princípio a obra se apresentou como um romance psicológico e um manifesto educativo, mas foi logo considerada como um tratado que expõe uma concepção precisa de homem natural, racional e moral, além de ser um itinerário de formação e um texto político inspirador.

Um Ensino de filosofia que assuma uma dimensão crítica, como exige os tempos atuais, além da formação cidadã: moral, ética e política, como previa Rousseau, precisa preparar adolescentes e jovens para não sucumbir às adversidades da vida social precária, produto dos sistemas capitalistas e liberais que desumanizam o humano.

3. A DEFESA RADICAL DA ARTICULAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E POLÍTICA

Um aspecto importante do pensamento rousseauiano para inspirar o Ensino de Filosofia hoje é a inseparabilidade entre educação e política. Em tempos de “escola sem partido”, é pertinente voltarmos a Rousseau que oferece uma ideia de formação do jovem como iniciação para a vida política e pública e entende que não se pode separar uma ação da outra. A sociedade política não é modelo para educação; esta possui sua própria autonomia, não podendo tomar a sociedade como paradigma da ação pedagógica. Mas, as duas esferas, educação e política, estão necessariamente articuladas.

Ele identifica a natureza como ponto de referência para a formação do homem, e a política como um horizonte. Para isso, escreve a obra *Emílio* pensando nas crianças e na educação de seu tempo (século XVIII), traçando considerações que ainda hoje, 2025, permanecem atuais, e contribuem para refletirmos sobre o Ensino de filosofia realizadas na escola contemporânea, esta pode oferecer subsídios para que jovens se tornem capazes de pensar e fazer escolhas com autonomia, permitindo que reflitam por si mesmo, tenham suas próprias experiências, para, a partir delas, desenvolver uma compreensão da realidade e se aperfeiçoar sempre que considerar necessário.

Seu projeto educacional consiste na conjugação harmônica de três mestres (natureza, coisas e homens) em um único objetivo: a formação do homem total,

autêntico, devidamente desnaturado e preparado para conviver com seus semelhantes. Tendo em vista a indissociabilidade entre a teoria moral e a teoria política, é fundamental compreender que, na teoria formacional rousseauiana, está implícito um projeto de desenvolvimento de uma nova sociedade política. Não é por acaso que o *Contrato Social* aparece no *Emílio*, como parte das lições que o jovem deve receber para aprender a julgar os governos, participar de sua comunidade e ser útil à coletividade.

Portanto, a educação é, para Rousseau, uma ação global de formação humana. Pode ser desenvolvida em casa, na escola ou em qualquer outro espaço; tanto faz se é pública ou doméstica, desde que contribua para desenvolver as potencialidades do homem em toda a sua dimensão. Há, assim, em Rousseau, uma pedagogia da política e uma política da pedagogia.

Embora a primeira esteja inserida na segunda, o objetivo final do aspecto educacional visa à realização plena do aspecto político, pois, entre a dimensão antropológica e a dimensão política presentes no *Emílio*, aquela que prevalece é a política, uma vez que ela implica a recuperação do homem autêntico por meio de sua desnaturação e socialização.

Quais as implicações da relação educação e política? A educação levou o homem a agir por interesses naturais, e não por imposições externas. Com isso, ele poderia ser dono de si próprio, ao desenvolver suas capacidades de maneira autônoma e racional. De modo geral, a educação foi algo essencial para promover a busca dos interesses e objetivos dos cidadãos ao compreender a justiça social, fazendo com que os indivíduos conhecessem seus direitos e deveres na sociedade.

Conforme Nascimento (1998, p. 194), Rousseau desenvolveu uma forma original de pensar a sociedade pelo *Contrato*, inovando “principalmente ao propor o exercício da soberania pelo povo como condição primeira de sua libertação”. Em linhas gerais, a ideia do *Contrato* vincula-se a um projeto moral coletivo e válido para a totalidade dos homens; visava instituir uma convenção que propiciasse o surgimento de uma sociedade ordenada pelos princípios da igualdade civil, na qual todos são dotados dos mesmos direitos e deveres, o que implica, também, a afirmação do direito inalienável à participação política.

Para a cidadania propriamente dita, conforme a entende Rousseau, um direito ocupa uma posição central: é o de participação na formação ou ratificação da legislação soberana. Um indivíduo não é cidadão se for o recipiente passivo

da direção legislativa de outros, mesmo que esses outros estejam sinceramente agindo em seu benefício. Goza ainda menos de cidadania se for subjugado pela força ou poder inescapável; isso é servidão. Um cidadão é, antes, alguém que se encontra em pé de igualdade e desempenha um papel igual a par de todas as outras pessoas (igualmente cidadãos) na formação de regras gerais comuns e competentes por meio das quais todos organizarão suas vidas no Estado (Dent, 1996, p. 63).

Assim, Rousseau (2005, p. 108) considera que “o povo, submetido às leis, deve ser seu autor”, pois somente àqueles que se associam “cabe regulamentar as condições de sociedade”. Isso porque, segundo o filósofo, o direito legítimo na sociedade do *Contrato Social* só existe a partir de convenções resultantes de processos de discussão em que todos os indivíduos estejam em condições de igualdade perante os demais, formando, assim, um corpo político soberano que represente a síntese dos interesses coletivos por meio da vontade geral.

No entanto, a dificuldade em estabelecer um acordo entre os interesses públicos e privados leva Rousseau a se posicionar em torno dessa questão nos seguintes termos: a noção de soberania, por um lado, atribui ao homem um duplo papel: o de “cidadão”, enquanto participa do soberano, e o de “súdito”, enquanto obedece aos princípios do pacto estabelecido em prol do interesse coletivo do corpo político. Por outro lado, quando o interesse comum não está em jogo, abre-se a possibilidade de pensar o homem e o cidadão separadamente em um mesmo indivíduo, ou seja, estariam preservadas, assim, as possibilidades e os limites de ação de cada um.

Nesse sentido, Rousseau, antes mesmo de se contrapor às genuínas reivindicações republicanas posteriores, antecipa tanto a ideia segundo a qual todos estão igualmente submetidos ao governo das leis republicanas, quanto a noção de que os interesses individuais, quando não colidem com os legítimos interesses do bem comum, são igualmente legítimos.

De todo modo, seja para o homem atuar dentro dos limites de sua vida privada ou para exercer sua condição de cidadão no espaço público, caberá à educação e ao Ensino de filosofia, a tarefa de formá-lo. Aqui, a formação ética é condição essencial, pois é por meio dela que o indivíduo poderá desenvolver os atributos morais que o conduzirão ao bom exercício da virtude política.

Tal perspectiva afirma que a educação pública deveria ser a regra geral dos regimes políticos legítimos, possuindo caráter igualitário e universal, com o objetivo de promover a disseminação de valores comuns entre todos, a fim de possibilitar a formação de cidadãos. No entanto, conforme reconhece Rousseau (2004, p. 13) no

Emílio, as instituições públicas legítimas praticamente inexistem em seu tempo, o que impede a superação da contradição entre os interesses privados do indivíduo e suas obrigações enquanto homem civil.

Embora a educação de Emílio, essencialmente teórica e concebida no contato do homem com a natureza para preservar sua bondade natural, aparentemente possa destoar dos métodos da educação pública, é possível admitir que uma possa complementar a outra. Concebidas para perspectivas reconhecidamente opostas, ambas convergem à medida que o processo educativo visa ao mesmo fim: a formação do homem autêntico, ético e capaz de exercer com dignidade seu papel de homem e cidadão. Isso se aplica tanto ao contexto da sociedade degenerada, denunciada por Rousseau desde seus primeiros discursos políticos, quanto à sociedade ideal proposta no *Contrato Social*.

No que se refere à articulação entre educação e política, o Ensino de Filosofia é político por natureza, porque está conectado com a vida e com a própria política; ao analisar os problemas e as relações sociais e humanas, a convivência com o Outro, a liberdade, a diversidade, a pluralidade, o senso de coletividade, o ensino nessa área assumirá hoje sua verdadeira razão de ser: a formação crítica e cidadã. Observa-se, assim, que a falta de uma educação política adequada e a ausência do Ensino de filosofia nas escolas, deixa os jovens desorientados, aceitando que qualquer um o domine e lhe imponha leis, normas, ideologias, subjugando-o. Portanto, é fundamental formá-lo para que exerça sua liberdade e autonomia, perdidas quando se convence da superioridade do outro. Quando se deixa o jovem ser manipulado, a corrupção toma conta de sua mentalidade e, conseqüentemente, as desgraças o atingem, conduzindo-o à subalternidade e à infelicidade.

4. UM OLHAR CRITERIOSO PARA AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS CRIANÇAS E JOVENS

No *Emílio* ou *Da Educação*, texto de 1762, referência nesta pesquisa, o autor descreve e “prescreve” as etapas da formação de um jovem fictício, acompanhando-o desde o nascimento até a maturidade, por volta dos 25 anos de idade. Seu objetivo é “formar o homem como o cidadão” (Pissarra, 2013, p. 218), ou seja, ele tem pretensões ambiciosas e inovadoras, pois a formação que integra as necessidades humanas, biológicas, sociais e políticas nunca haviam sido alvos de uma preocupação filosófica.

No seu entendimento, “a dimensão política é crucial em seus princípios de educação”. Não há educação escolar em *Emílio*, mas se tem a descrição romanceada,

dos primeiros anos de vida de um personagem fictício, filho de um homem rico, entregue a um preceptor para que obtenha desde cedo uma educação ideal.

O jovem Emílio é educado no convívio com a natureza, resguardado ao máximo das coerções sociais. O objetivo de Rousseau, inovador para sua época, não era apenas planejar uma educação voltada para a formação do adulto futuro, mas também garantir a felicidade da criança enquanto ela ainda vive sua infância. Com base em seu método natural e na chamada educação negativa, Rousseau divide a vida de Emílio e, consequentemente, a estrutura de seu livro, em cinco fases: lactância (até 2 anos), infância (de 2 a 12 anos), adolescência (de 12 a 15 anos), mocidade (de 15 a 20 anos) e início da idade adulta (de 20 a 25 anos).

Para a pedagogia, interessam particularmente os três primeiros períodos, nos quais Rousseau desenvolve a ideia de educação como um processo subordinado à vida, isto é, à evolução natural do discípulo, daí o nome método natural. O objetivo do mestre é interferir o mínimo possível no desenvolvimento próprio do jovem, especialmente até os 12 anos, quando, segundo Rousseau, ele ainda não é capaz de recorrer plenamente à razão. O filósofo chamou esse processo de educação negativa, que consiste, em suas palavras, não em ensinar virtudes ou verdades, mas em preservar o coração do vício e o espírito do erro, para que, na idade adulta, o indivíduo seja capaz de se proteger por si mesmo desses perigos.

Considerando a desigualdade entre os homens, e voltando o olhar para a compreensão dos princípios fundamentais da sociedade e da formação do indivíduo, esse filósofo irá repensar o conceito de criança e sua educação de modo novo. analisando as questões centrais da formação do homem com base nos paradigmas de época, questionado, porém, todos eles. É assim que passará, doravante, a interferir nos modos de se pensar educação, criança, infância, formação, liberdade, natureza, sociedade.

No texto *Discurso sobre a origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, Rousseau já trazia uma divisão da evolução do homem em três estados diferenciados, são eles: homem natural, homem selvagem e homem civilizado. **O homem natural** é um animal que se integra à natureza, que é generosa para com o ele (instinto e sensação), o qual vive isoladamente, por vontade própria, não dependendo de seus semelhantes, mas da natureza, de onde retira tudo o que precisa, sendo guiado pelo instinto da conservação (preocupação consigo). **O homem selvagem**, que remete às sociedades indígenas, já tem um interesse particular, marcas, vícios, conflitos a partir da

consciência moral, de onde nasce a virtude. Por fim, **o homem civilizado** tem seus interesses pessoais fortalecidos e entram em conflito, pois sua consciência moral é abafada, o que desencadeia oposição de interesses.

Dessa maneira, o ser humano tornou-se egocêntrico e individualista, chegando a ser quase um homem natural, no mau sentido. Esse foi o primeiro passo rumo às desigualdades sociais. Assim, foi preciso elaborar, para a própria ‘vantagem’ da sociedade, até mesmo para os homens da natureza, os primeiros deveres de civilidade.

Autonomia e liberdade são princípios básicos dessa teoria. Ao acreditar na relação do homem com a natureza de forma harmoniosa, contrapunha-se às concepções positivistas da época e ao avanço da ciência, que concebia a natureza como máquina. Isso era, para Rousseau, um dos pontos de desequilíbrio da relação do homem com a sociedade, ocasionando os conflitos pessoais e coletivos. Por isso a proposição de um novo projeto de sociedade e, também, um projeto educativo voltado para a formação do homem multidimensional e socialmente participativo.

Na obra *Discurso sobre a origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, Rousseau propõe o exercício de olhar para si, para o homem e suas instituições, compreendendo o movimento do passado e do futuro, relacionando-os com a passagem do homem natural ao homem civil. Compreender a ideia de desigualdade exige entender as concepções de homem selvagem e de homem civilizado. Ao homem selvagem cabe conservar-se, usando o ataque e a defesa quando necessário, portanto, “os únicos males que teme são a dor e a fome” (Rousseau, 1999, p. 175). Logo, entende-se que no estado de natureza o homem é um animal limitado.

Quanto ao homem civil, este volta-se aos excessos, os quais, calando sua natureza, tendem a corromper seus sentidos. Dessa maneira, “o conhecimento da morte e de seus terrores é uma das primeiras aquisições que o homem fez ao distanciar-se da condição animal” (Rousseau, 1999, p. 175). Diante disso, a desigualdade na sociedade só poderia vir por meio desse homem. O homem selvagem estaria repleto de humanidade devido ao amor de si, uma espécie de bondade natural. Assim, “não tinha a menor noção do teu e do meu, nenhuma verdadeira ideia de justiça” (Idem, p. 193). Nele, não havia grandes prejuízos sociais, pois eventuais conflitos poderiam ser resolvidos facilmente, sem necessidade de punições ou vinganças violentas.

Por outro lado, o homem civil estaria cheio de conhecimento devido ao amor-próprio, que geraria danos sociais ao reforçar a noção de superioridade. Ao se comparar aos outros, o homem civil cria desgraças como miséria, crimes e guerras. Em

suma, o homem selvagem, que vivia no “estado de natureza”, desapareceu com o surgimento da propriedade privada. Como afirma Rousseau: “O primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: isto é meu, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil” (Rousseau, 1999, p. 203).

Rousseau rejeita o pensamento puramente racional e defende uma aprendizagem baseada em experiências concretas, sensoriais e práticas. O autor propõe que se “fechem todos os livros” e se abra o “livro da natureza” (Rousseau, 1973, p. 353), onde é possível aprender tanto princípios morais quanto conhecimentos sobre o mundo. No entanto, sua concepção de educação visa reequilibrar o homem e a sociedade, pois se preocupa com os problemas sociais e com a maneira como os homens vivem e se relacionam com o mundo e a natureza.

Quem é o homem a ser educado? Inspirado no modelo natural, Rousseau iniciou seu trabalho de investigação sobre o homem afirmando que este era perfeito, sendo a sua criação de origem divina: “Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem” (Rousseau, 1973, p. 9). Sem negar o valor da fé, tão importante naquele contexto social, ele buscou explicar quais eram os atributos pertencentes a todo ser humano, indistintamente.

A partir dessa reflexão, o propósito da vida em sociedade se tornaria justificado e compreensível, o que, por sua vez, facilitaria a educação do homem. Simultaneamente, seriam eliminados os comportamentos que contrariassem sua verdadeira natureza. Para Rousseau, a infelicidade humana residia em viver em função de algo alheio a si mesmo, em ser cobrado pelo que não poderia oferecer e seguir preceitos que não podiam ser questionados ou rejeitados.

As mostras de boa educação, as modas, os usos que derivam do luxo encerram o curso da vida na mais insossa uniformidade: o prazer que se quer exibir aos outros é perdido para todo mundo: não se o tem nem para eles nem para si mesmo. O ridículo, que a opinião tem em tudo, está sempre ao lado dela, para tiranizá-la e puni-la (Rousseau, 1973, p. 408).

Priorizava-se o autoconhecimento humano como modo de fortalecer a identidade individual e promover uma reflexão crítica sobre os hábitos e vícios culturais — muitos deles prejudiciais ao ser humano. Por isso, defendia que a natureza humana era “essencialmente boa, digna de consideração em suas ações inatas, pois visava a todo tempo o bem” (Simpson, 2009, p. 162).

Era preciso investigar a origem dos males humanos: de onde surgiam a vaidade, o orgulho e todas as transgressões que as instituições religiosas convencionaram chamar de pecado original. “Numa resposta inovadora à época, Rousseau ignorou os dogmas cristãos e, sem apelar para as explicações dadas pelas instituições religiosas, abordou o tema da culpa original numa outra perspectiva” (Cassirer, 1999, p. 72). Seu argumento contestava radicalmente a noção de qualquer mácula ou dívida inata. Para Rousseau, a raiz dos erros humanos não estava na essência do homem, mas em fatores externos a ele.

Para Rousseau, a solução desse dilema reside em deslocar a responsabilidade para um ponto no qual ninguém antes dele jamais a procurou — em criar de certo modo um novo sujeito da responsabilidade, da ‘imputabilidade’. Este sujeito não é o indivíduo isolado, mas a sociedade humana. O indivíduo em si, tal como saiu das mãos da natureza, encontra-se ainda fora da oposição entre o bem e o mal (Cassirer, 1999, p. 73).

Nessa perspectiva, o homem não carregava nenhuma dívida a ser quitada com a divindade, tornando possível refutar a crença no pecado original. Para identificar a origem do mal que se instalara na humanidade, era preciso examinar a sociedade, não o indivíduo isolado, pois as relações sociais por ela estabelecidas haviam corrompido a natureza humana. Essa afirmação demonstra que Rousseau não rejeitava a crença em Deus, mas sim oferecia uma interpretação distinta daquela propagada pelas instituições religiosas de sua época.

4.1 Uma ideia inaugural de infância

Uma das contribuições significativas de Rousseau é lançar luz sobre o que seja infância. No seu escopo a infância ocupa um lugar próprio na vida humana, mas a criança mesma não tem consciência disso; cabe, portanto, aos seus responsáveis mantê-la nesse lugar. “Ela não deve ser nem animal, nem homem, mas criança; é preciso que sinta sua fraqueza e não sofra com ela; é preciso que dependa e não que obedeça; é preciso que peça e não que mande” (Rousseau, 1968, p. 263).

Segundo Rousseau, na infância, antes que a criança comece a pensar, ela só pode desenvolver sua capacidade cognitiva por meio de uma boa educação sensorial. É pelo exercício da moderação que a criança se desenvolve, é partindo da emoção que se difunde o sentimento com o pensamento. O resultado desse processo, inevitavelmente, segundo ele, conduz ao amor ao conhecimento.

Para que a infância seja preservada, é necessário que uma instituição de suma importância a acompanhe: a família. Entre todos os elementos que influenciam a formação da personalidade (escola, ambiente, companhia, cultura), os ensinamentos da família são, sem dúvida, os mais determinantes. A família é um organismo vivo, e tem como objetivo gerar e preservar a vida. Assim, na infância, a criança adquire, progressivamente, capacidades motoras, psíquicas e mentais cada vez mais sofisticadas.

Pode-se dizer que a família deve assumir o papel de matriz de humanização e desnaturação do ser humano. Trata-se de uma instituição que se apoia na cultura e nas tradições, sendo nela que a criança assimila os modelos que utilizará ao conviver com outros grupos.

Além disso, Rousseau ressalta que a educação dos homens depende de nós apenas por suposição, pois não é possível controlar totalmente as palavras e ações de todos os indivíduos que rodeiam e influenciam a criança. “Assim, cada um de nós é formado por três tipos de mestres”.

Não obstante, são as boas instituições sociais que melhor conseguem desnaturar o homem, pois são capazes de extrair sua condição natural para lhe atribuir uma condição relativa, integrando o sujeito isolado à unidade comum. Dessa forma, o indivíduo passa a se perceber como parte de um todo social.

Observa-se que Rousseau coloca a criança no centro do processo educativo, por isso, é considerado o “pedagogo que inventou a infância” (Streck, 2008, p. 9). Antes dessa “invenção”, a criança era vista como um adulto em miniatura, sendo tratada como tal em relação às roupas, aos comportamentos e aos métodos de ensino.

Dessa maneira, Soëtard (2010, p. 12) observa que Rousseau participou, em seu tempo, do desenvolvimento de um “sentimento pela infância”, uma vez que “moralistas, autoridades administrativas e médicos redobravam os argumentos para incitar as mães a se ocuparem com sua prole, começando pelo aleitamento”.

Percebe-se que Rousseau só apresenta suas regras pedagógicas após uma atenta observação da vida infantil. Assim, o educador ou preceptor deve conhecer profundamente aquele a quem educa, como demonstrado na relação entre Emílio e seu preceptor. Esse conhecimento possibilita ao preceptor desenvolver seu trabalho a partir das condições reais de aprendizado da criança. Em outras palavras, compreender as demandas infantis é um aspecto fundamental da pedagogia proposta por Rousseau.

[...] experiência formadora, acompanhando a criança ao longo de todo o seu itinerário, pleno de provas e de emboscadas, enfim e sobretudo, estimulando-o no momento em que se deve esforçar-se por reconstituir-se, por meio da ruptura de seu desejo. A arte do pedagogo consiste em atuar de maneira tal que sua vontade não substitua jamais a vontade da criança (Soëtard, 2010, p. 17).

Desse modo, “Rousseau critica de início toda a forma de educação fundada sobre o princípio de uma autoridade que submeta a vontade da criança à de seu mestre” (Soëtard, 2010, p. 16). Assim, a verdadeira educação ocorre quando a criança, ou o homem, conquista sua própria autonomia e liberdade diante da realidade do mundo e dos outros homens.

Rousseau é apontado por Souza (2017) como um pioneiro, ao dirigir um olhar atento para a infância. Para ele, a criança possui formas próprias de ver, pensar e sentir distintas das dos adultos, e era um grande erro empregar a razão como método para instruir as crianças. “Nascemos fracos, necessitamos de forças; nascemos desprovidos de tudo, que necessitamos de assistência; nascemos estúpidos, necessitamos de juízo. Tudo que não temos ao nascer e de que necessitamos quando adultos nos é dado pela educação” (Rousseau, 2017, p. 42).

Segundo Maia e Bordin (2014), o pensamento de Rousseau transformou a história da educação ao considerar os estágios da infância, que envolvem o desenvolvimento físico e intelectual do sujeito em suas diferentes fases. Diante disso, é necessário compreender que cada indivíduo é singular e tem um ritmo próprio, o que exige que o professor não ignore as especificidades de seus alunos.

[...] uma das principais finalidades da educação é a formação para a convivência, para o exercício do diálogo, da compreensão, do respeito e do auxílio mútuo, da tolerância e da diversidade. E o *Emílio* trata de todas essas questões colocando-as num patamar de capacitação cidadã, de realização humana por via de um convívio espontâneo, natural e dinâmico (Paiva, 2005, p. 203).

Deste modo, Rousseau nos inspira a pensar hoje no aluno como um sujeito de direitos, valorizando a importância dos estágios da infância para a formação humana. Isso porque ele respeita o estágio específico da criança, favorecendo um desenvolvimento espontâneo que possibilita a construção de sua autonomia.

Como destaca Dalbosco (2012), o pensador genebrino fazia uma crítica contundente ao que chamava de “educação bárbara” ou tradicional. Segundo sua análise, o tratamento dispensado às crianças por adultos e educadores de sua época

acabava por corrompê-las — ou, em suas próprias palavras, “estragá-las”. A crítica central de Rousseau residia no fato de que essa educação violava o universo infantil, impondo-lhe uma concepção de futuro alheia e prejudicial ao seu desenvolvimento.

Dalbosco (2012) acrescenta que Rousseau condenava o desinteresse da educação tradicional em compreender verdadeiramente a criança. Esse modelo ignorava completamente a dinâmica peculiar do mundo infantil. Ao propor uma educação natural, Rousseau estabelece novos fundamentos epistemológicos para a pedagogia: rejeita as noções de conhecimento inato para afirmar que tanto o saber quanto a educação devem ter origem na experiência sensorial. A educação não deve iniciar-se com abstrações racionais, “para não antecipar coisas com as quais as crianças não estariam preparadas, a fim de não confundi-las” (Dalbosco, 2012, p. 127).

O que se compreende é que a criança, em sua infância, necessita de plena liberdade para alcançar uma formação adequada, livre de esquemas rígidos. A própria estrutura da obra, dividida em cinco partes, reflete essa abordagem. No Livro I, intitulado “A idade da natureza” (que abrange do nascimento aos dois anos), o autor destaca a importância e os objetivos da educação. Segundo ele, existem três tipos fundamentais de educação: a educação que vem da natureza, a que vem dos homens e a que vem das coisas. Rousseau enfatiza que a educação natural é a base fundamental, pois constitui nossa capacidade inata de desenvolvimento, sobre a qual temos pouco controle.

Assim, “o desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e a aquisição de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas” (Rousseau, 1999, p.8). A criança deve aprender por meio da experiência direta, no contato com a natureza e com liberdade para explorar o mundo. A educação não pode ser forçada ou baseada em dogmas rígidos, e deve permitir que o indivíduo descubra a realidade por si, respeitando seu ritmo e suas capacidades.

No Livro II, Rousseau aborda a segunda fase do desenvolvimento (dos dois aos doze anos) enfatizando a importância dos exercícios físicos e do controle do choro. Nessa etapa, o autor argumenta que o choro deve ser substituído pela fala, pois seu excesso pode se tornar um instrumento de manipulação. Ele também defende que as crianças não devem ser completamente poupadas da dor; embora devam ser protegidas

de ferimentos graves, é essencial que vivenciem pequenos desconfortos para seu desenvolvimento (Rousseau, 1999, p. 89).

Essa fase representa uma oposição direta à educação “bárbara”, pois começa a reconhecer a criança como um ser moral em formação. Como afirma o filósofo: “é importante considerar o homem no homem e a criança na criança” (1999, p. 153), destacando que cada fase da vida tem suas particularidades na ordem do desenvolvimento humano.

O pensamento filosófico de Rousseau desafia os educadores a reconsiderarem as bases de suas práticas pedagógicas hoje, visto que aponta para a necessidade de um ensino que não se limite a instruir, mas que também inspire e forme indivíduos capazes de pensar por si mesmos desde cedo. Nesse sentido, supomos que ainda no ensino fundamental, o Ensino de filosofia poderia desempenhar um papel crucial nesse processo, funcionando como um o lugar de iniciar aos adolescentes a conhecer o mundo ao seu redor, aprender sobre questões morais e éticas, e desenvolver habilidades básicas de argumentação e diálogo. O caráter dialógico da filosofia, aliado à sua capacidade de abordar questões universais, a torna uma disciplina singularmente potente a contribuir para o desenvolvimento dos novos nos estágios de formação inicial.

4.2 A educação do homem universal na pessoa do jovem Emílio.

Na estrutura teórica rousseauniana, Emílio simboliza um arquétipo do jovem. Seu modelo educativo transcende circunstâncias particulares, apresentando fundamentos válidos para toda a humanidade. Mais do que um indivíduo, Emílio representa um paradigma a ser seguido.

Segundo Rousseau, a educação de sua época forçava o desenvolvimento racional antes do tempo certo. Não se considerava o ritmo da criança e dos jovens nem suas verdadeiras capacidades; ignorava-se que, para alcançar plenamente a razão junto com os sentimentos e a consciência, a educação deve seguir um processo gradual que una natureza e arte. A educação é o ato de formar e instruir, acompanhando o homem desde o início dos tempos. Mais que um conceito, é uma prática constante que acontece de muitas formas, sendo a principal responsável pelo desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano, preparando-o para viver em sociedade, participar de uma cultura e ser ele mesmo.

Educar é aperfeiçoar. Por isso, é preciso discutir seu conceito, formas e objetivos, além de pensar no crescimento do homem nesse processo, “pois não se educa

somente para educar, mas também para realizar um fim: aperfeiçoar, despertar o homem para o mundo e para sua liberdade, ajustar uma natureza, construir o progresso coletivo, inventar” (Morandi, 2002, p. 153).

Para Morandi (2002), Rousseau defende uma educação que vai além de simples regras morais ou métodos de ensino, alcançando um nível mais profundo sobre a relação entre natureza humana, indivíduo e sociedade. Educar é natural, pois sempre se aprendeu e se ensinou. A educação começa no nascimento, e os primeiros educadores são os pais ou responsáveis, mas não apenas eles. Todas as experiências ensinam; assim, é importante cuidar do que se oferece às crianças, pensando em que tipo de “alimento” garante uma boa formação.

O *Emílio* é um texto apaixonado pelo respeito à liberdade infantil, jovem e humana. Possui ousadias contra as instituições religiosas e governamentais de sua época e permanece como um guia valioso para o Ensino de Filosofia atual, que visa a formação de homens e mulheres verdadeiramente livres. O próprio Rousseau esclarecia que o essencial era compreender profundamente a criança e o jovem.

Por isso, afirma-se a imprescindibilidade de uma boa educação, que permita o agir da natureza desde a infância. Formar o homem natural para assumir seu lugar na sociedade e cumprir seu papel de cidadão na esfera pública torna-o capaz de contribuir, de forma efetiva, para uma sociedade saudável, transformando a bondade natural que possui desde criança em virtudes necessárias para uma vida política em sociedade, em que não haverá um guia, mas em que cada um será dono de sua liberdade, pactuando e fazendo parte da “vontade geral”.

No modelo político rousseauiano a educação é a maior aliada do desenvolvimento humano e de uma sociedade; é formadora da cultura de um povo e também da ética e da moral humana, por isso deve ser pensada de modo programático, no seu passo a passo. Rousseau introduz novos princípios educacionais. Dentre estes, destaca-se a compreensão da criança a partir de suas características naturais. O autor chega a minúcias ao defender que os filhos deveriam permanecer com suas mães, inclusive recomendando que elas próprias os amamentassem.

Quanto às atividades infantis, Rousseau defendia o brincar, os exercícios físicos e o contato direto com a agricultura, permitindo que o aprendizado em comunhão com a natureza. Ele enfatizava que cada criança possui seu próprio ritmo de desenvolvimento, cabendo ao educador respeitá-lo, sem forçá-la a adaptar-se precocemente a uma sociedade com regras antinaturais e corruptas (Rousseau, 1999, p. 275).

Em relação à aquisição da própria experiência como fundamental para o desenvolvimento humano, Rousseau argumenta que as pessoas aprendem melhor quando vivenciam situações e tiram suas próprias conclusões, em vez de apenas absorverem ensinamentos teóricos impostos por outrem. Ele vê a experiência como um guia essencial para a formação da moral e do conhecimento, pois possibilita ao indivíduo compreender as consequências de suas ações de forma natural.

No Livro III de *Emílio* (dos doze aos quinze anos) inicia com uma questão fundamental: qual a origem da fraqueza humana? Rousseau responde que ela surge do desequilíbrio entre nossas forças e nossos desejos. Em suas palavras: “nossas paixões nos tornam fracos, pois para satisfazê-las precisaríamos de mais força do que a natureza nos concedeu. Diminuam os desejos, e será como aumentar as forças” (1999, p. 201).

O controle dos desejos é uma preocupação maior na adolescência porque, segundo o autor, esse é o momento mais precioso da educação da criança. É nesse período que sua força se desenvolve rapidamente, mais do que suas próprias necessidades, embora não seja o período de sua maior força. Afirmar ser o tempo mais precioso da vida, que surge somente uma vez e é muito curto, por isso, é preciso que seja bem empregado. É um tempo de instruir ao trabalho e aos estudos, tudo provindo da natureza.

No Livro IV, Rousseau apresenta o desenvolvimento educacional de forma ascensional, destacando o que considera ser o “segundo nascimento” do homem. Até esse momento, o pensador de Genebra afirma que meninos e meninas mantêm a mesma aparência, pois ambos ainda são crianças. Bastam os nomes para diferenciá-los. É nesse período que o homem começa a se tornar verdadeiramente humano, uma vez que, educado, passa a participar da vida social e política.

Rousseau sugere que o homem não nasceu para permanecer na infância: a natureza o impulsiona a sair desse estado, e esse processo se concretiza por meio da educação. Nesse segundo nascimento, o homem desperta para a vida: as preocupações com brinquedos ficam para trás, cedendo espaço a novas ocupações, que exigem a orientação fundamental do preceptor.

Entre essas ocupações, destaca-se o amor. Para Rousseau, a partir do momento em que o indivíduo aprende a se amar, ele também amará aquilo que o conserva, e, ao descobrir esse amor inato, será capaz de amar ao próximo. Partindo desse princípio, o filósofo considera que se torna possível compreender como o homem pode se orientar

em relação ao bem e ao mal. Quando ele percebe a necessidade de uma companheira, já não é mais um ser isolado, pois seu coração encontra companhia.

No Livro V, Rousseau aborda o último estágio da juventude. Nesse capítulo, o filósofo discute o derradeiro passo de seu aluno: o casamento. Ele afirma que o modelo de mulher “deve corresponder à educação recebida pelo Emílio, pois devem compartilhar os sentimentos e os princípios que receberam, para não perdê-lo” (Rousseau, 1999, p. 251).

No processo de formação do jovem Emílio, as viagens tiveram papel fundamental, com o objetivo de proporcionar o contato com povos distintos, diferentes organizações políticas, econômicas e sociais, além de novas culturas. Com os ensinamentos transmitidos pelo preceptor, Emílio estará preparado para realizar uma análise crítica, sugerindo que educação e conhecimento passam, necessariamente, pela experiência. Por meio desses contatos, o jovem ampliará e aperfeiçoará sua compreensão sobre a política, condição essencial para a formação de um cidadão. Em Rousseau, emerge, assim, a preocupação com uma formação do cidadão que valorize tanto o conhecimento teórico quanto o prático, especialmente aquele ligado à estrutura da sociedade e do Estado.

O conhecimento, nesse contexto, nasce da harmonia entre o indivíduo e a natureza, a qual oferece recursos para evitar que uma sociedade atribulada provoque a corrupção do homem. Com esses pressupostos, os resultados obtidos apontam para o entendimento de que as transformações sociais de uma época podem ser compreendidas a partir da educação. Além disso, a educação é constantemente convocada pela sociedade a responder às novas exigências que surgem diante das mudanças históricas.

Dessa forma, o ato de educar evidencia que a formação do homem oferece os meios e instrumentos para moldar o perfil que o contexto histórico demanda. Ainda que o período em que vivemos seja bastante distinto daquele experienciado por Rousseau, sua abordagem permanece atual e relevante, pois possui elementos para repensarmos os processos educacionais não como meras práticas formais e mecânicas, mas como experiências capazes de construir sentidos para a própria existência humana (Paiva, 2007).

Voltar-se para pensar a educação numa fase específica da vida; supor que não se pode educar e ensinar crianças e jovens da mesma maneira que se educa os adultos; elencar e fundamentar pressupostos teóricos e metodológicos que respeitem peculiaridades infanto-juvenis, são lições rousseauianas para o Ensino de filosofia, que

muitas vezes se volta apenas para o público adulto, desconsiderando e até desconfiando das necessidades filosóficas dos estudantes da Educação Básica.

O sistema educacional brasileiro, embora comprometido em muitos aspectos com a formação de seus estudantes, apresenta lacunas significativas em relação à implementação de um ensino filosófico consistente, especialmente no ensino fundamental. Apesar de sua reconhecida importância na promoção do pensamento crítico, reflexivo e criativo, a filosofia ainda é tratada com negligência quando se trata dos mais jovens, situação que não apenas subestima a capacidade reflexiva dessa fase da vida, mas também perde uma oportunidade valiosa de construir as bases para uma educação que privilegie a formação integral do ser humano.

A negligência em relação à filosofia no ensino fundamental muitas vezes parte de uma premissa equivocada: a de que jovens não possuem capacidade ou maturidade suficientes para lidar com questões filosóficas. A ideia de que o pensamento filosófico exige um nível avançado de abstração e reflexão que só pode ser alcançado na adolescência ou na vida adulta tem sido um obstáculo à implementação da filosofia de forma mais ampla na educação. Entretanto, essa visão não apenas ignora a capacidade precoce dos adolescentes para o questionamento, mas também subestima sua disposição natural para refletir sobre o mundo ao seu redor.

A ideia de que jovens não são capazes de filosofar pode ser associada ao senso comum percebido nas diversas camadas da sociedade, mas também em determinadas concepções filosóficas e psicológicas sobre o desenvolvimento humano. Um dos principais argumentos contra o ensino de filosofia para crianças se baseia na teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget (1973), ESTE sugere que a capacidade de raciocínio abstrato e lógico só emerge na fase operatória formal, por volta dos 12 anos. Segundo o autor, antes dessa fase, as crianças pensam de maneira concreta e egocêntrica, o que dificultaria sua compreensão de conceitos abstratos como ética, estética ou metafísica

Sabemos que o ensino da Filosofia/filosofar requer leitura atenta dos clássicos, paciência para a sua compreensão, interpretação, releitura, produção textual, reflexão, pensamento racional, raciocínio coerente, problematização, conceituação, tarefa difícil de ser realizada com adolescente e jovens. No Entanto Professores de filosofia, devem alimentar a paixão pela leitura, pelos filósofos clássicos e contemporâneos, os quais proporcionam grande parte dos fundamentos teóricos para prática. É necessário

incentivar o hábito da leitura para que os jovens falem e escrevam sobre temas ou problemas que, desde a antiguidade até a atualidade são pertinentes. O Ensino de Filosofia deve ascender e despertar paixão pela leitura nos jovens, para que leiam a si mesmo e o mundo-casa-morada.

NOTAS CONCLUSIVAS

Observamos que quando pensa na formação humana do cidadão, Rousseau vê a educação como o instrumento mais propício para alcançar mudanças na sociedade.

Diferentemente do seu tempo, a escola hoje é a instituição que pode assumir o papel fundamental na formação do cidadão crítico, participativo, criativo e responsável, dedicando-se ao processo de ensino e aprendizagem emancipador que envolve professores e alunos. Mais que transmitir informações e conhecimentos, a escola é um espaço responsável por promover a cidadania e a convivência social, respeitar o pluralismo de ideias e experiências e a diversidade, e, o Ensino de Filosofia é parte relevante para a efetividade dessas responsabilidades.

Rousseau evidenciou a desigualdade presente na realidade e a necessidade de reconstruir o espaço político, talvez o mais deteriorado. Para o filósofo, as mudanças na política devem ser acompanhadas, necessariamente, de reformas educacionais, sendo essencial compreender a teia de relações que conecta todas as coisas, inclusive a prática e a ação da escola, de modo que o ensino não promova a fragmentação dos saberes.

Em termos práticos, Rousseau indica as condições geográficas, econômicas e climáticas necessárias à formação dos novos, além de apresentar uma crítica contundente às instituições educacionais e aos costumes da sociedade de sua época na educação. Embora a obra *Emílio* pertença a outro tempo, suas reflexões continuam influenciando a todo ideário pedagógico emancipador.

Pode-se entender que a educação, para Rousseau, não se restringe às instituições formais, mas constitui uma ação que engloba o desenvolvimento do homem em sua totalidade. O sentido da educação integral e da formação humana está em uma educação que transforma. Inspiradas no autor é possível dizer que o professor de filosofia deve se comprometer com o desenvolvimento integral; ser luz nas trevas contemporâneas marcadas pela produção deliberada de mentiras; criar espaços de diálogo e autonomia em tempo de lacração; provocar e se empenhar para transformar individualidades egóicas em uma consciência voltada para o coletivo.

Aliando o posicionamento do autor ao Ensino de Filosofia da atualidade, entendemos que o professor de filosofia deve considerar a realidade vivida por cada sujeito, observando marcadores de classe, raça e gênero. O pensamento educacional rousseauiano inspira a educar mulheres e homens para uma sociedade mais equitativa, inclusiva, livre. Para tanto, a intencionalidade com que o professor de filosofia conduz sua ação pedagógica pode contribuir para que a escola vá além da mera reprodução dos paradigmas sociais, promovendo a reconstrução de conhecimentos que favoreçam a autonomia e a transformação crítica do aluno e a consequente emancipação social.

REFERÊNCIAS

CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: Unesp, 2002.

CASSIRER, E. **A questão Jean-Jacques Rousseau**. São Paulo: Unesp, 1999.

CERIZARA, Ana Beatriz. **Rousseau: a educação na infância**. São Paulo: Scipione, 1990.

CIRIZA, Alejandra. A propósito de Jean Jacques Rousseau: contrato, educação e subjetividade. In: **Filosofia Política Moderna: de Hobbes a Marx**. Buenos Aires; São Paulo: CLACSO/DCP-FFLCH-USP, 2006. Capítulo de Livro. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100603074930/05_ciriza.pdf. Acesso em: 21 jul. 2024.

DALBOSCO, Claudio A. Educação e formas de conhecimento: do inatismo antigo (Platão) e da educação natural moderna (Rousseau). Porto Alegre: Educação: **Revistas Eletrônicas da PUCRS**, maio/ago. 2012, vol. 35, n. 2, p. 268-276. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/11640/8032>. Acesso em: março de 2024.

DENT, N. H. J. **Dicionário Rousseau**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **A Singularidade do Projeto Educacional de Rousseau**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1998.

MORANDI, F. **Filosofia da educação**. São Paulo: EDUSC, 2002.

NASCIMENTO, Milton Meira do. **O contrato social ou as ilusões do jogo do poder**. 1978. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

PAIVA, Wilson Alves de. A formação do homem no Emílio de Rousseau. São Paulo: **Educação e Pesquisa**. vol. 33, n. 2, mai/ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022007000200010. Acesso em: 12 julho de 2024.

PIAGET, Jean. *Psicologia e Epistemologia*: Por uma teoria do conhecimento. Trad. Agnes Cretella. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973.

PISSARRA, Maria Constança. **Rousseau**: a política como exercício pedagógico. São Paulo: Moderna, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Trad. De Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Du contract social. Oeuvres complètes**. III. Édition publiée sous la direction Bernard Gagneux et Marcel Raymond. Paris, 1999a.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem das línguas**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1999b.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou da Educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

SIMPSON, M. **Compreender Rousseau**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOËTARD, Michel. **Jean-Jacques Rousseau**. Tradução de Verone Lane Rodrigues Doliveira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

SOUZA, Rosiris Pereira de. Rousseau e a educação da infância. **Revista Latino-Americana de História**, v. 6, n. 18, ago./dez. 2017.